



Foz C6a:

Inscrita na Pedra

Preservação das Gravuras

História de Foz C6a

Universidade

Valores Simbólicos

Notas e Comentários

Ciência

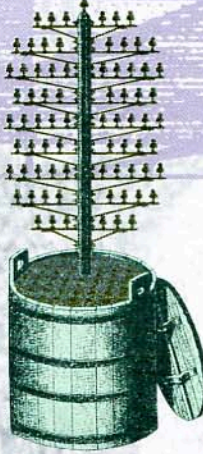
Tecnologia do Mar

António Quadras

MicroScapes

U N I V E R S I D A D E D O P O R T O

Boletim



Ficha Técnica

Director

Alberto Amaral,
Reitor da Universidade do Porto

Sub-Directora

Prof.ª Teresa Lago (FCUP)

Coordenação Editorial e Redacção

Maria Isabel Pacheco (coordenadora)
Paulo Gusmão Guedes (coordenador adjunto)

Conselho editorial

Prof. Alexandre Alves Costa (FAUP),
Prof. Arnaldo Saraiva (FLUP),
Prof. Jorge Olimpio Bento (FCDEF),
Prof. José Madureira Pinto (FEP),
Prof. Manuel Sobrinho Simões (FMUP),
Prof. Paulo Tavares de Castro (FEUP).

Coordenador do número

Alberto Amaral

Arranjo Gráfico

Incomun

Fotografia

Duarte Belo; pp. 12-15, cortesia do Plano Arqueológico do Côa; p. 44, cortesia da Câmara Municipal de Matosinhos; p. 48, cortesia do Museu de Ciência da UP.

O Boletim agradece o apoio da Associação Projecto Património.
Os desenhos de António Quadros são uma cortesia de José Forjaz.

Colaboradores neste número

Agostinho Álvares Ribeiro, António Manuel Figueiredo, António M. Galopim de Carvalho, António de Sousa Pedrosa, Carlos A. Brochado de Almeida, Cesário de Matos, Francisco Ribeiro da Silva, Gaspar Martins Pereira, Joaquim Moreno, José Forjaz, José Mattoso, Jorge Figueira, Luís Aires-Barros, Luís Miguel Duarte, Maria Angeles Querol, Maria Ondina Figueiredo, Nelson Rebanda, Rui M. V. Cortes, Vitor Oliveira Jorge.

Publicação periódica

nº 25 - Ano V, 1/Junho 1995

Propriedade:

Fundação Gomes Teixeira

Redacção:

Rua D. Manuel II - 4003 Porto Codex
Telf. 6004981 (ext. 32)
Telefax 6001724

Registo na D.G.C.S.: 114891

Depósito legal: 41283/90

ISSN: 0871-7249

Tiragem: 7.000 exemplares

Preço por número: 500\$00

Assinatura anual (4 números): 2.000\$00

Execução gráfica:

Edições Afrontamento, Lda
R. Costa Cabral, 859 - 4200 Porto

É proibida a reprodução de artigos, gráficos ou fotografias sem a autorização escrita do Director.

Sumário

2 Editorial

Painel

"Foz Côa - Inscrita na Pedra"

5 Côa: Cosmos ou Caos?

Vitor Oliveira Jorge

11 Barragem de Vila Nova de Foz Côa

Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre
Nelson Rebanda

17 Foz-Côa

Portugal e a gestão global da água na bacia nacional do Douro
A. Álvares Ribeiro

21 A Preservação das Gravuras: 2 depoimentos, 4 pareceres

Reflexões sobre os estudos para preservação das gravuras rupestres do Côa, Luís Aires-Barros (21)

Considerações sobre a preservação das gravuras rupestres do Côa,
Maria Ondina Figueiredo (24)

Parecer 1, António M. Galopim de Carvalho (25)

Parecer 2, Departamento de Minas da FEUP (25)

Parecer 3, Rui M. V. Cortes (26)

Parecer 4, António de Sousa Pedrosa (26)

27 Fragmentos da História de Foz Côa

Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização na Bacia Inferior do Rio Côa
Carlos A. Brochado de Almeida (27)

Ribacôa na Idade Média: quando o fim do mundo era 'centro do mundo'
Luís Miguel Duarte (29)

Vila Nova de Foz Côa na Época Moderna
Francisco Ribeiro da Silva (30)

Notas para a História Contemporânea de Foz Côa
Gaspar Martins Pereira (33)

37 Uma Digressão Intimista e Amarga pelas Oportunidades de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro ou a Perversão Exemplar do Processo das Gravuras Rupestres do Côa
António Manuel Figueiredo

42 Universidade

Valores Simbólicos, José Mattoso (42)

La Foz del Côa, marco perfecto para un parque cultural, M. Angeles Querol (43)

44 Notas e Comentários

Centro de Ciências e Tecnologias do Mar (44)

António Quadros, Professor, José Forjaz (46)

3 textos sobre António Quadros: Jorge Figueira, Joaquim Moreno,
Cesário de Matos (48)

MicroScapes (48)

Uma Digressão Intimista e Amarga pelas Oportunidades de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro ou a Perversão Exemplar do Processo das Gravuras Rupestres do Côa

António Manuel Figueiredo

"Os Transmontanos são pessoas de acção e não de palavras vazias"

in *Livro do Segundo Congresso Transmontano*, p. 24

Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa, 1942

Escrevo, datadamente, numa altura em que o "Público" me informa, matutinamente, que a segunda fase da controvertida Barragem de Foz Côa se encontra ao que parece adiada. A notícia confirma que, em despacho dirigido ao Ministro da Indústria e Energia e ao Sub-Secretário de Estado da Cultura, o Primeiro Ministro considera fora de causa a não preservação das gravuras rupestres do Côa, solicitando uma proposta concertada que melhor sirva os interesses nacionais.

Paradoxalmente, ou talvez não, a minha reacção instintiva e afectiva a esta notícia tende mais para a perplexidade do que para a percepção de vitória. Devo confessar, ainda assim, que não tendo sido até ao momento militante empenhado, no terreno, da causa das gravuras, admiti de início residir nessa distância face ao problema as razões do aparente absurdo da minha perplexidade.

Não convencido com tal argumento e já pressionado pelo convite para o artigo no **Boletim**, avanço com uma introspecção mais sistemática, procurando motivos mais profundos para a estranheza de uma reacção que, face à minha matriz de compreensão e prática do desenvolvimento, deveria ser mais entusiástica (1).

Compreendo, por fim, que a reacção afectiva não traiu a coerência renovada dos conceitos. Através da notícia do "Público" invoquei, inconscientemente, as oportunidades perdidas do desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD). Apoiado numa expedita revista de imprensa, reconstituo as peças do

"puzzle" e apreendo a perversão exemplar de um caso não menos exemplar e a má consciência de um poder político sectorialmente espartilhado.

Pedem-me, é esse o desafio, que integre o caso das gravuras do Côa numa perspectiva de futuro, isto é, que relance o tema das oportunidades para um "novo" desenvolvimento de TMAD a partir do capital da memória intertemporal das gravuras.

Ainda fixado na notícia do "Público" e na mesma onda de digressão intimista, vem-me à memória um artigo do economista brasileiro Francisco Oliveira (2) que, escrito numa linguagem viperina, contundente e radical, fazia as delícias dos meus alunos no período (1976-78) que antecedeu o primeiro Programa de Estabilização em Portugal. Orientado para uma crítica "total" da utilização do crescimento do Produto Nacional Bruto como critério de desenvolvimento e da tecnocracia como instrumento credível do seu planeamento, Francisco Oliveira encenava uma situação limite, no mais recôndito sítio nordestino, no qual uma rara enfermidade da mais desamparada das criaturas gerava um afluxo de especialistas, curiosos e videntes criando, por inerência e na sequência de planeamento irrepreensível, um típico processo de auge e ocaso de crescimento económico.

Nesta mesma linha, imagino uma cruzada de arqueólogos especialistas do Paleolítico e da arte rupestre, de proto-historiadores, geólogos, paleontólogos, antropólogos, etnólogos, especialistas de conservação, jornalistas nacionais e correspondentes internacionais, políticos, deputados europeus e eurocratas, preservadores e guardiões de templos...

E porque não admitir que, salva pelo "gong" institucional da



Rio Douro, foz do Rio Côa



Algosinho, arquitectura popular

(1) Posteriormente, através de uma nova notícia do "Público" confirmei que o Professor Vitor Oliveira Jorge partilhava as mesmas reservas face aos termos em que a suspensão era comunicada.

(2) Artigo cuja referência se perdeu também na minha própria memória.

boa consciência ministerial, a tutela do betão não descobria, em golpe de rins institucional, uma nova plêiade de especialistas em planeamento de barragens com preservação e valorização de gravuras rupestres, consagrando mais um domínio incontestado de internacionalização da engenharia de boa cepa nacional...

Simultaneamente, no interior ignorado da máquina de promoção do ICEP, a violência das críticas de alguma reputada imprensa internacional à ameaça de perda dos achados arqueológicos faz despertar o "killer instinct" de um obscuro especialista em *marketing* operacional. No mais puro modelo de utilização (judoca) da força do adversário, surge uma arrojada campanha de *marketing* turístico agressivo, saudavelmente realizada à revelia do Plano de Promoção a médio-prazo: turismo interventivo e militante pela causa do património histórico-cultural.

Na estação seguinte, afluem à zona novas correntes de procura turística socialmente empenhada, engrossando no terreno o movimento de opinião.

Alertado pela progressiva auto-estima da população estudantil local, que vê no processo novas perspectivas de fixação de empregos, mas também estimulado pela má consciência quanto aos resultados de outras (suas) intervenções de planeamento na Região, o Ministério do Planeamento lança um programa de apoio à mobilização do potencial de investigação hidráulica e de domínio das novas tecnologias do betão: como assegurar a transferência, inter-temporal, para os muros de suporte do significado das gravuras?

Prolongando a minha avaliação prospectivo-fantasia, estimo, entretanto, que os efeitos na sociedade local desta cruzada de novos interesses se limitam, perigosamente, após algum tempo de maturação do processo, ao recrudescimento da pequena restauração local, fundamentalmente informal, eventualmente estendidos ao pequeno comércio de circunstância.

Perante esta estimada incapacidade local de produzir e aproveitar oportunidades a partir da cruzada de interesses e interessados



Castanheiro antigo, Lígares (Freixo de Espada à Cinta)

em torno das gravuras, regressam os argumentos familiares à teoria moderna do desenvolvimento, que sublinham a ausência de massas críticas de recursos humanos e de investimento em conhecimento, a inexistência de capacidade empresarial endógena, a insensibilidade do planeamento aos efeitos de complementaridade dinâmica, a insondável abordagem cultural ao desenvolvimento sustentado (*cultural sustainability*).

Reprimo a imaginação e regresso a uma resposta mais estruturada, dirão alguns mais científica, ao pedido que me foi endereçado.

Encarado na perspectiva das oportunidades de desenvolvimento de TMAD, o caso das gravuras rupestres acumula uma série de perversidades.

De facto, na teia das oportunidades historicamente perdidas, as gravuras do Côa destacam-se essencialmente pelo valor intrínseco do recurso, onde se combinam a qualidade do sítio e o estatuto de património universal.

No entanto, o que me fascina neste caso é a diferente capacidade de resposta e de auto-estima da sociedade local. Outras oportunidades perdidas pereceram ignoradas, sem reacções tão firmes e empenhadas.

Sem qualquer preocupação de hierarquizar ou exaurir este domínio, invoco a força telúrica avassaladora registada por António Reis no seu Trás-os-Montes, a tardia percepção dos atrasos de programação e concretização do IP-4, a lenta degradação do recurso multi-variado que é o vinho do Douro e a concomitante (embora não determinística) estagnação socioeconómica do território que lhe corresponde, a progressão dos clientelismos como preço elevado da economia subsidiada, a tensão latente e nem sempre resolvida entre as formas emergentes de solidariedade inter-municipal e o paternalismo das intervenções de planeamento descendente na Região, a aposta ainda não totalmente ganha do associativismo empresarial de base local e regional e tantos outros indícios de oportunidades perdidas ou em riscos de o ser.

Ora, nestes casos, a sensação que emerge é que o esvaziamento das oportunidades acima mencionadas foi fortemente influenciado pela ausência ou tardia capacidade de resposta da sociedade local.

Como explicar, então, a reacção mais firme de protesto gerada a partir das gravuras rupestres?

Será que o recurso em causa é, por si só, suficientemente apelativo para justificar a percepção do risco? A particularidade da conjuntura política terá favorecido a mediação do problema, abrindo espaço à sucessão de actores políticos no terreno da controvérsia? Qual o significado estratégico da mobilização da população estudantil? Terá a visibilidade internacional do processo contribuído para segregar novos assomos de auto-estima da população local?

A resposta a estas questões configura alguns dos aspectos mais decisivos da promoção de dinâmicas de desenvolvimento susten-

tado em áreas demográfica e economicamente deprimidas.

Em primeiro lugar, mais do que qualquer obra da especialidade ou acção de formação de quadros para o desenvolvimento, o “trade-off” ou a alternativa impossível entre a preservação das gravuras e a infraestruturação acéfala constitui um capital de aprendizagem insubstituível para os actores locais em matéria de concretização de uma política de desenvolvimento sustentado.

Na primeira apresentação do problema, o projecto de barragem emerge como a materialização de uma decisão coerente, sólida, assentando numa pretensa demonstração inequívoca dos benefícios de desenvolvimento. Mas, mal a controvérsia se instala, é perceptível que a racionalidade global de Estado não existe e que o projecto traduz afinal a lógica de um poder sectorialmente espartilhado, frágil em matéria de consensos trans-sectoriais. A fundamentação técnica que se julgava sólida e à prova das arremetidas mais aguerridas revela-se, pelo contrário, mais insuficiente. Ocorre-me perguntar qual a transparência e a publicidade, em suma a democraticidade, dos estudos de impacte ambiental que terão sido eventualmente realizados.

Neste contexto, a perplexidade dos actores políticos locais é, em si mesma, um material pedagógico inestimável. Entre o apelo telúrico da memória e do sentido de sítio e de pertença e a lógica demolidora de um discurso desenvolvimentista, tanto mais poderosa quanto mais as alternativas de recursos escasseiam, a hesitação local ilustra exemplarmente as vicissitudes de transposição dos conceitos e princípios do desenvolvimento sustentado para uma estratégia viável.

Compreende-se a exemplaridade deste caso quando se intui que, embora sem o potencial mediático das gravuras rupestres, outras referências de memória aguardam em equilíbrio instável conflitos semelhantes. A paisagem sublime do Tua e das encostas do Douro, o Alvão e o Montesinho, a urbanidade ainda contida de algumas sedes de concelho, a arquitectura popular e alguma cultura empresarial endógena de transformação de produtos locais constituem alguns exemplos de conflitos em fila de espera.

Ora, no contexto estrutural actual da região e do espaço de inserção próximo do Côa, as oportunidades de desenvolvimento futuro não podem deixar de passar pela valorização destes símbolos da memória local. Qualquer estratégia de promoção etapista de infraestruturas físicas distanciada dessa memória ou contribuindo para a sua destruição compromete e reduz o já débil espectro de oportunidades.

O quadro seguinte (3) pretende ilustrar o contexto estrutural atrás mencionado.

Os dados falam por si. Neste contexto deprimido, há que 39

(3) Informação coligida a partir do Estudo Estratégico de TMAD em curso de realização pela Quaternaire-Portugal, sobretudo a partir da análise metódica do Dr. Rodrigo Meireles.

Quadro 1: Contexto estrutural e investimento autárquico com comparticipação comunitária na região

Variáveis	Vila Nova de Foz Côa	Vale do Douro Superior	TMAD
Saldo fisiológico . 1981-90	- 434	1 816	12 326
Saldo migratório . 1981-90	- 457	- 7 281	- 78 541
Taxa de repulsão . 1981-90 (%)	- 4.7	- 12.7	- 13.4
Taxa de crescimento natural 1990-92	0.0	- 1.9	- 2.7
Variação % da população nas sedes de concelho . 1981-91	- 19.8	3.6	26.9
Peso demográfico (%) das sedes de concelho . 1991	33.5	21.4	26.9
Comparticipação FEDER no PROTAD . 1990-93 (contos) (4)	221 588	1 197 402	12 086 897

inventar o modo como o desenvolvimento sustentado e integrador da memória e da imaterialidade pode contribuir para a revitalização da sociedade local, respondendo ao desafio da fixação da população jovem com nível de escolaridade crescente.

No plano dos eco-recursos, sabe-se hoje que o conceito mais administrativo do que operativo de Reserva Ecológica Nacional constitui apenas um instrumento para atingir esse desiderato. Preservar no quadro de estratégias de valorização de recursos, embora constitua algo de mais apelativo, é sempre mais complexo do que a preservação pura e simples. O mesmo poderá afirmar-se, por analogia, no que respeita aos recursos patrimoniais e à memória local-universal (5).

A teoria do desenvolvimento, embora não tenha respostas acabadas para esta questão, sobretudo quando esta se coloca em espaços em perda, ajuda-nos, pelo menos, a identificar condições estratégicas de viabilização dessas apostas (6).

Em primeiro lugar, a probabilidade de valorizar o recurso é tanto maior quanto mais a sua preservação constituir fonte de auto-estima da população local. Ora, neste caso, existe um vasto potencial nesta matéria, aproveitando designadamente o capital mediático do processo e a sensação de visibilidade que o mesmo proporciona numa população acostumada a sentir-se marginalizada na mediatização das questões territoriais.

Em segundo lugar, a valorização dos eco-recursos ou da memória cultural deve compreensivelmente orientar-se para a internalização desses efeitos relativamente ao espaço em perda. No entanto, para que essa valorização seja viável, é necessário um novo contrato de solidariedade, envolvendo designadamente recursos humanos e potencial de investigação exterior à zona em causa, permanentemente renovado. Valorizar um eco-recurso ou a memória cultural significa sobretudo transferir conhecimento, mobilizar

energias, criar capacidade de decisão e coordenação a nível local e não apenas erigir santuários.

Criar enlances ou constituir fileira em torno de recursos físicos constitui matéria que não é estranha à política de desenvolvimento. O mesmo não pode dizer-se em relação a recursos imateriais.

Por isso, de acordo com a minha leitura das insuficiências estruturais de TMAD, o principal estrangulamento ao aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento futuro reside nas ameaças à coesão territorial e de poder de decisão. É fundamental que os já mencionados eco-recursos e memórias culturais sejam considerados não apenas na sua qualidade de recursos municipais, mas também na de potencial de toda uma região. Ora este estatuto de potencial regional e não apenas local exige a prática de sistemas apurados de perequação inter-municipal no acesso aos meios de financiamento disponíveis e em esquemas de solidariedade de decisão política.

De facto, a capacidade de internalizar efeitos associados à valorização deste tipo de recursos não pode ser viabilizada ao nível municipal. Assim, a produção de conhecimento relevante, a oferta de serviços complementares e o investimento em capital social fixo exigem coesão regional. Aliás, só nesse contexto de coesão será possível valorizar instituições locais com potencial de intervenção nestes domínios. Num contexto de quebra progressiva de solidariedade regional em TMAD, instituições como a UTAD, o Instituto Politécnico de Bragança ou o associativismo empresarial verão reduzida a sua capacidade de intervenção na valorização dos mencionados recursos locais. A região de TMAD conhece o preço dessa incapacidade através da drenagem do excedente local, realizado no Porto ou em Lisboa pouco importa, pois é no exterior que ele se manifesta e repercute.

Nas regiões em perda, a tentação do protagonismo de pequena escala, onde o localismo dos interesses pode criar a ilusão de que o isolamento compensa, constitui a principal ameaça ao imperativo da coesão.

Depois, nas já mencionadas condições de debilidade de dinâmicas produtivas instaladas, a valorização dos eco-recursos ou das memórias culturais deve criar condições para uma maior visibilidade internacional desses espaços. Do local ao internacional constitui uma espécie de lema para quem o aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento implica necessariamente queimar etapas.

De facto, o gradualismo pode não ser viável neste tipo de contextos estruturais. Por outras palavras, a sobreposição harmoniosa de mercados de amplitude geográfica crescente, numa cascata de apostas progressivas (local, regional, nacional, mundial), nem sempre está ao alcance de processos em que o tempo (a duração) do desenvolvimento tem de ser encurtada. É estimável a coexistência de iniciativas, projectos ou empreendimentos empresariais fortemente internacionalizados, regra geral apoiados em pequenos

(4) Distribuída por acessibilidades, saneamento básico, equipamentos de apoio à actividade produtiva, outros equipamentos, pequenas infraestruturas e estudos de suporte.

(5) A proposta de criação de um parque natural e arqueológico luso-espanhol para o vale do Côa, assinada pelo Professor Vítor Oliveira Jorge, constitui nesta medida um estimulante contributo para o aprofundamento desta questão ("O património cultural do Côa não pode ir por água abaixo", *Público*, 30 de Março de 1995, p.14).

(6) Quer isto significar que os eco-recursos e a "co-pilotagem da biosfera e do desenvolvimento" (René Passet), embora integrem inequivocamente os modernos conceitos de desenvolvimento, tardam em encontrar expressão equivalente na transposição desses conceitos para estratégias sustentadas.

nichos de competitividade, com actividades que sobrevivem na mais pequena das escalas e aproveitando mercados estritamente locais.

Em resumo, importa reter desde logo a oportunidade de valorização da auto-estima da população local criada a partir da repercussão nacional e internacional da preservação das gravuras rupestres. Nas condições estruturais de espaço em perda, a auto-estima é ela própria um recurso nevrálgico do relançamento interno.

Depois, é necessário combater a perversidade de encarar o vale do Côa como um santuário, no sentido mais passivo do termo, isto é, como um símbolo ou mau presságio de fixação de reservas desinseridas de qualquer perspectiva de desenvolvimento. Outras oportunidades perdidas (ou em vias de o ser) de TMAD exigem, na mesma medida, a nossa solidariedade de reflexão, opinião, crítica e acção.

Finalmente, o vale do Côa abre exemplarmente a discussão sobre o papel dos eco-recursos e da memória cultural na valorização de processos de desenvolvimento local e regional. Neste domínio, a coesão interna constitui condição necessária e inadiável para que a complementaridade de efeitos possa surgir. A dependência face ao exterior já não constitui hoje alibi consistente. Toda a dependência se reproduz com base em interesses locais.

Epílogo

Acabado o exercício, concluo que a anunciada digressão intimista e amarga pelas oportunidades de desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro terá sido menos amarga do que previa.

Afinal, a denúncia de uma certa perversidade no modo como o caso das gravuras tem feito aparecer novas e recentes boas vontades quanto ao futuro de regiões como TMAD aproximou-me, afectivamente, de uma realidade que me é distante na vivência diária. Tenho a sensação que estou agora em melhores condições para compreender algumas estratégias emergentes na região e enriquecer o diálogo estratégico com alguns actores locais.

Mas, mesmo que esta reflexão se perca numa sobre-dose de informação, algo permanece. Primeiro, através de um problema muito concreto, o **Boletim** poderá criar alguns laços de transversalidade disciplinar com outras reflexões no interior de uma Universidade que, na ausência destes espaços, tende a espartilhar perigosamente a nossa intervenção. Depois, num cenário ainda mais negro, em que esses laços não surjam, resta-me a consolação de ter concebido um estudo de caso, pedagogicamente muito rico, para discutir com os meus alunos a complexidade da transposição dos modernos conceitos de desenvolvimento sustentado para estratégias viáveis e credíveis de relançamento de territórios em perda. Finalmente, pressinto um sabor não amargo nesta digressão...

Porto, 31 de Março de 1995



O autor é Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.